

País começa a pagar em 1996

Amortizações começam com 2% do principal e vão até 2.008

FRANCISCO GOMES

O ministro da Fazenda, Majlson da Nóbrega, anunciou ontem que foi fechado o terceiro ponto do acordo com os bancos credores, o referente ao prazo do reescalonamento da dívida estimada em 67,6 bilhões de dólares, com vencimento no período entre 1986 e 1993. Segundo o ministro, 95 por cento deste montante será reescalonado em vinte anos com oito de carência. Os 5 por cento restantes não entraram no reescalonamento porque vencerá depois de 1993. Durante o tempo de carência o Brasil só pagará os juros da dívida, cujo montante não foi adiantado pelo ministro.

Majlson informou que, findo o período de carência, o Brasil começará a fazer amortizações crescentes da dívida. No nono ano do reescalonamento, as amortizações serão equivalente a 2 por cento da dívida. No vigésimo ano ela chegará a 10 por cento. O ministro explicou que o acerto quanto a prazo é da máxima importância porque permitirá uma grande reestruturação da dívida do setor público, beneficiando tanto os Estados, como os municípios, as empresas estatais e a União. Os outros dois pontos acertados na semana passada com os bancos credores referem-se ao spread (taxa de risco) e o montante de recursos de que o Brasil precisará para equacionar seu balanço de pagamentos até o primeiro semestre de 1989. O spread acertado foi de 0,8125 por cento e o montante foi de US\$ 5,8 bilhões.

De acordo com Majlson, o acerto destes três pontos renova as esperanças do Governo brasileiro de finalizar um acordo com os bancos credores, a nível de

protocolo, até o final deste mês de março. Se isso for conseguido, o Brasil também pagará aos bancos os juros devidos neste mês de março e que chegam a US\$ 230 milhões. Este pagamento, assim como os referentes a janeiro e março, totalizando US\$ 868 milhões, será feito com reservas brasileiras. Como o País não tem condições de honrar integralmente os compromissos da dívida, apesar dos bons superávits comerciais, está sendo necessário negociar recursos adicionais não só dos bancos credores, mas também com as agências oficiais e multilaterais de crédito.

Como o Banco Mundial (Bird), FMI e Clube de Paris. Com os bancos credores já foram acertados US\$ 5,8 bilhões que serão utilizados principalmente no fechamento do balanço de pagamentos deste ano. Mas, para 1999, a grande contribuição para o fechamento do balanço de pagamento será dada pelos bancos oficiais e agências multilaterais de crédito.

Majlson da Nóbrega ressaltou que os vinte anos acertados pelo Brasil para reescalonamento de sua dívida com os bancos credores são o melhor prazo conseguido pelo País desde 1983. Disse também que as negociações a partir de agora abrangerão aspectos mais operacionais como a questão dos reemprestimos. Os bancos querem completa liberdade para a aplicação desses reemprestimos, mas o Governo brasileiro quer colocar algumas restrições nestas operações em função do gerenciamento do déficit público.